

# Adroaldo contra a desindexação

por Ângela Bittencourt  
de São Paulo

O momento atual não é oportuno para a desindexação da economia, no entender do economista Adroaldo Moura da Silva, presente ontem no II Encontro Anual dos Executivos Financeiros. "Um processo deste tipo gera muito ruído e precisa haver um preparo. Sem um esclarecimento amplo, poderia haver um prejuízo na retomada do crescimento industrial. Depois de dois anos de recessão aguda é problemático correr o risco de abortar uma recuperação", esclareceu.

Para o economista, em 1985 o País estará atravessando uma situação semelhante a "um elefante dentro de um museu de antiguidades. É necessário um domador muito hábil para que o elefante não quebre as peças". No entanto, algumas medidas deverão ser tomadas nos próximos meses, inclusive no sentido de corrigir severas distorções no setor financeiro. Segundo Adroaldo, existe um espaço para derrubar a taxa de juro real, a despeito de não se desindexar ou desdolarizar a economia.

O maior problema do Brasil hoje, no entender do economista, é a taxa de juros reais, que está atrelada à questão do giro da dívida interna. "A dívida mobiliária é importante, mas muito menos importante que a dívida bancária do setor público ou do passivo em moeda estrangeira no Ban-

co Central." O País precisa gerenciar internamente, de forma competente, o endividamento externo. "São cerca de US\$ 100 bilhões que foram internados e que provocaram mudanças radicais no sistema financeiro", diz.

Segundo Adroaldo, de 1978 a 1983, as obrigações em moeda estrangeira referentes apenas às operações via Resolução nº 63 passaram de 22 para 47% do total do passivo dos bancos comerciais, sendo que uma parcela expressiva desses recursos é girada em 180 dias. Aliado à participação crescente de recursos externos, o setor público passou também a ser um forte tomador de recur-

sos. "Neste período, de 1978 a 1983, o setor privado foi expulso do mercado de crédito. Em 1978, 17% do total das operações de crédito dos bancos destinava-se ao setor público, e em 1983 já atingia os 44%."

Também foi aplicado neste período o "spread" bancário, com o próprio governo alargando o "spread", tributando as operações. Segundo Adroaldo, uma forma de reduzir-se os juros é a eliminação do subsídio que o governo dá hoje ao devedor em moeda estrangeira. "Ao assumir o risco cambial e responsabilizar-se pelo ônus dos contratos originais de empréstimos, o BC assume hoje a função

de uma companhia de seguro, mas não cobra o prêmio e, ainda assim, paga, caso o sinistro ocorra", argumenta.

Outras medidas que podem contribuir para a redução das taxas, segundo o economista, são: maior flexibilidade no Sistema Financeiro da Habitação; liberdade maior para que os agentes financeiros pudessem emprestar recursos a outros setores que não os propriamente vinculados à construção; maior flexibilidade quanto à negociação dos prazos das cadernetas e quanto às taxas; e, ainda, a regionalização dos índices que definem a correção monetária.